

# Reforma começa pela extinção da fidelidade

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial o Brasília



O acordo entre o presidente eleito Tancredo Neves e a Frente Liberal inclui cinco modificações de fundo na legislação partidária e eleitoral e começa pela eliminação da fidelidade partidária, conforme, aliás, garantia que o próprio Tancredo deu ao deputado Airton Soares

(PT-SP, ainda, embora incompatibilizado).

Os outros quatro itens são estes:

1 — Desvinculação total do voto, inclusive entre deputados estaduais e federais.

2 — Eliminação da sublegenda.

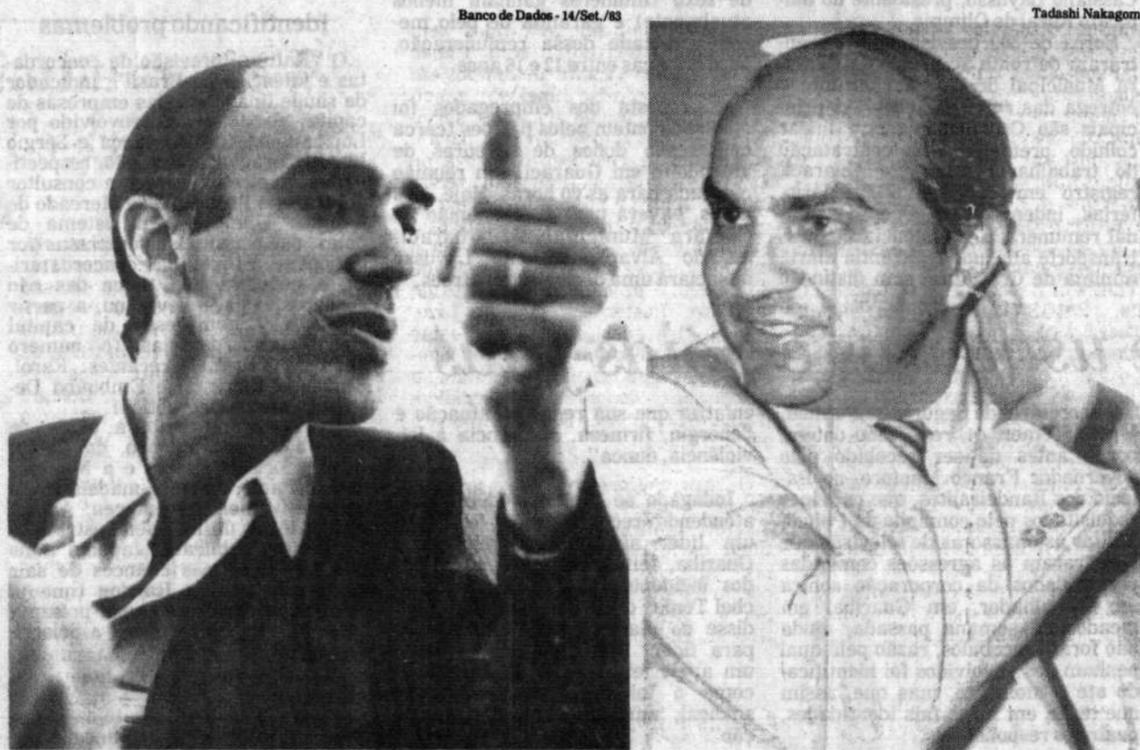
3 — Eliminação do requisito de prazo de filiação para que alguém possa se candidatar a postos eletivos (hoje, o prazo é de dois anos).

4 — Permissão de coligações.

Para fazer essas alterações, que são pré-requisitos para a eleição de um Congresso com poderes constituintes (conforme o plano do presidente eleito), é preciso mexer não apenas nas leis ordinárias mas na própria Constituição (a fidelidade, por exemplo, é imposição constitucional). Mas, até agora, conforme levantamento feito no Serviço de Processamento de Dados do Senado pelo deputado Roberto Freire (PMDB-PE), 42, também membro da Comissão pela Legalização do Partido Comunista, só há um projeto que trata do assunto a nível constitucional — e, assim mesmo, por tabela. Trata-se de emenda do deputado Alberto Goldmann (PMDB-SP), que cuida da convocação da Constituinte e, por extensão, mexe em dispositivos partidários e eleitorais.

Essa lacuna será, entretanto, imediatamente preenchida: o próprio Freire já conseguiu os dois terços de assinaturas necessárias para apresentar projeto de emenda constitucional que dá nova redação ao artigo 152 da Constituição. Até ontem, 49 senadores e 348 deputados haviam dado apoio ao projeto que é de uma simplicidade absoluta. Em um artigo e um parágrafo, diz que “é livre a criação de partidos políticos, respeitado o regime democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais do homem”. E, o parágrafo, acrescenta que “fica assegurado aos cidadãos o direito de pertencer livremente a partidos políticos”.

O objetivo central do projeto é o de inverter o atual quadro jurídico: em vez de a Constituição prever restrições que são, naturalmente, endossadas e ampliadas na legislação ordinária, cuida-se de que a Carta liberalize amplamente a questão,



Maciel coordenou para a Frente um projeto de reforma

Airton recebeu garantias do fim da fidelidade

com o que as leis complementares terão que acompanhá-la (a propósito, Freire tem, também, um projeto que simplesmente revoga a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, apresentado e engavetado em 1981).

Apesar do apoio obtido pelo deputado pernambucano para seu projeto, o mais provável é que ele seja desvirtuado em sua simplicidade: o senador Affonso Camargo Neto (PMDB-PR), um dos principais assessores políticos do presidente eleito, considera-o “simples demais”.

Mas a tendência nas principais forças políticas é, exatamente, a de desburocratizar a legislação partidária em todos os níveis. O senador Marco Maciel (frentista-PE), 44, coordenou para a Frente Liberal um projeto de reforma, cujo eixo central é a eliminação ou uma grande redução na ingerência da Justiça Eleitoral na vida interna dos partidos.

O PDT, por determinação de seu Diretório Nacional, começou a estudar o assunto, mas seu líder na Câmara (licenciado para ocupar a Secretaria dos Transportes), Brandão Monteiro, 46, já deu orientação no mesmo sentido buscado pela Frente: minimizar as exigências para a criação e funcionamento dos partidos.

Matheus Schmidt, secretário-geral pedetista, 58, dá um exemplo do nível de exigências que a lei impõe aos partidos: até as fichas dos militantes de cada agrupação têm que ser

enviada à Justiça Eleitoral, para não falar da cópia de atas etc.

É claro que o PDT está interessado também em modificar as regras para registro definitivo dos partidos (que impõem a obtenção de um mínimo de três por cento dos votos em, ao menos, nove Estados e cinco por cento do total nacional). Trata-se de uma questão de sobrevivência, amparada em fundamentação política: “Não se pode eliminar um partido que seja forte apenas em, digamos, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, pois esses Estados têm um notável peso político”, diz Terezinha de Jesus Zerbini, fundadora do PDT.

Para definir melhor os rumos que poderá tomar a reforma partidária e eleitoral, é preciso esperar os projetos que serão elaborados pelo PDS. O grupo malufista, informa Armando Pinheiro (SP), 48, já encomendou estudos a respeito, mas “a decisão política só será tomada na reabertura dos trabalhos parlamentares”, em março. E, de parte do outro PDS, nem sequer esse princípio de trabalho existe: “Primeiro, a gente precisa se livrar da tarefa de ser governo”, diz Nelson Marchezan, líder (contestado pelos malufistas) na Câmara, 46.

De qualquer forma, o encaminhamento da questão partidária e eleitoral será dado realmente pela extinção da fidelidade, para o que já existe até um projeto, elaborado pelo deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), 34.

Em princípio, todos estão de acordo, mas o deputado malufista Edison Lobão (PDS-MA), 49, disse ao repórter João Batista Natali, que essa pode ser uma faca de dois gumes: de um lado, facilita o ingresso de pedessistas no Partido da Frente Liberal, mas, de outro, possibilita o retorno de uma parcela dos dissidentes ao, por enquanto, partido oficialista.

O raciocínio de Lobão indica que a reforma não passa exclusivamente pelas considerações institucionais mas, também, pelos interesses políticos imediatos dos homens que legislarão sobre o assunto. Seus dois argumentos: 1) com Maluf embarcando para a Europa em um período decisivo para as composições em torno das Mesas da Câmara e do Senado e das lideranças das bancadas, ele descaracteriza a função de “dono do partido” e abre espaço para a atuação dos não-malufistas, 2) na composição para a formação do novo governo, é previsível que se criem frustrações entre os dissidentes pedessistas, especialmente os que mais tardiamente se aproximaram do poder nascente. Poderão, por isso, retornar ao partido que, oficialmente, não chegaram a abandonar. Esse grupo é calculado por Lobão em trinta a quarenta deputados, número nada desprezível: somados aos 127 votos que Maluf obteve dos deputados federais no Colégio, formariam a segunda maior bancada da Câmara, atrás apenas do PMDB.

## Reunião pró-Constituinte é aberta a todos, diz bispo

Reportagem Local

O bispo de Bauru, dom Cândido Padim, 69, vai coordenar hoje uma reunião “aberta a todos os que quiserem comparecer”, onde serão discutidos os primeiros passos de uma campanha pró-Constituinte. A reunião começa às 20 horas, no Instituto Sedes Sapientiae, no bairro paulistano de Perdizes, e o bispo espera a participação de diversos grupos ligados ao movimento popular e de minorias.

Direitos humanos

A idéia de realizar este encontro partiu do secretário da Intercomunicação Internacional para uma Sociedade Superando as Dominações, uma organização que reúne membros da Igreja e “todo o tipo de militantes na área dos direitos humanos”, como define dom Cândido, membro fundador dessa entidade surgida em 1976.

“Será um primeiro contato com os vários grupos e pessoas que poderiam reunir idéias e material para discutirmos qual é a Constituinte necessária ao País”, disse dom Cândido.

Sugestões

O bispo, que é também membro da comissão representante da Regional Sul-1 (São Paulo) da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, está otimista com relação à participação da Igreja na discussão da nova Constituição brasileira. Ele lembrou que em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, o bispo dom Mauro Morelli já vem realizando um trabalho “muito elogiável” nesse sentido. Sua intenção é promover novos encontros em São Paulo e, posteriormente, enviar as sugestões do grupo que vier a se formar à CNBB.

## Vereador de BH lança manual para começar discussões

Da Sucursal de Belo Horizonte

“Constituinte e participação popular” é o título do manual lançado pelo vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, Artur Viana (PMDB), 40, com o intuito de iniciar as discussões que, no seu entender, deverão preceder à convocação da Assembleia. “A Constituinte mexe com tudo e com todos, por isso acho que ela não deve sair de Brasília para o Brasil, mas do Brasil para Brasília”, afirmou.

Divulgação

A exemplo do que fez anteontem, na primeira reunião do ano na Câmara Municipal, quando foi apertado por vinte colegas do Legislativo, todos em apoio à sua tese, Artur Viana pretende levar o manual a sindicatos, associações comunitárias, comunidades de bases e Legislativos estaduais e municipais. Seu primeiro compromisso será no próximo domingo, em Uberlândia, onde participa do Encontro Nacional de Procuradores Municipais, cujo tema será “Autonomia Municipal e Constituinte”.

Crise e soluções

Em 24 páginas, o trabalho de Artur

Viana aborda a crise brasileira, as medidas necessárias à superação da mesma, a nova Constituição e a Assembleia Nacional Constituinte. O vereador defende a eleição dos constituintes em 1986, mas propõe antes várias medidas, tais como eleições diretas nas capitais, estâncias hidrominerais, áreas de segurança nacional e Distrito Federal, ainda neste ano; extensão do voto a todos os brasileiros maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, cabos e soldados; revisão da legislação partidária; revogação das leis de greve, Falcão, de Segurança Nacional e de inegibilidade, e desatrelamento da estrutura sindical em relação ao Estado.

“Após esse processo de correções, revisões, modificações e revogações, estaremos em condições de convocar e eleger uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana”, afirmou, acrescentando que “só assim, estaremos construindo o Brasil que merecemos”.

## D. Aloísio diz o que Igreja espera

Do correspondente em Fortaleza

O cardeal-arcebispo de Fortaleza, d. Aloísio Lorscheider, 60, revelou ontem os cinco pontos principais — “as reivindicações da Igreja” — que espera ver cumpridos pelo governo Tancredo Neves: reforma agrária, desemprego, habitação, educação e saúde.

“Um dos problemas que mais angustia a Igreja é o da reforma agrária. É preciso que haja mais respeito pela natureza, que não exista apenas as titulações de terras, mas toda uma infraestrutura, uma política agrícola adequada para que este mundo seja realmente um jardim e produza aquilo que nós precisamos para nos alimentar”, disse.

E acrescentou: “O segundo pro-

blema, é o do emprego, a chaga que faz, dentro do Brasil, tanta miséria. O terceiro problema é o da habitação e também da saúde, porque o nosso povo, em geral, sofre muito por causa da fome que passa e também por causa das condições sanitárias, que não são as mais ideais. Finalmente, o problema da educação para todos. Que realmente a escola chegue a todos e que todos possam ter aquela preparação que a vida de hoje exige.”

D. Aloísio afirmou ainda que espera do novo governo uma solução para a crise econômica: “Nós devemos olhar muito o progresso social e depois o progresso quantitativo. A pessoa humana deve estar em primeiro lugar.”

Sobre as relações que a Igreja

manterá com o novo governo, o cardeal de Fortaleza foi claro: “Nós estamos mantendo a mesma relação como mantínhamos com os outros governos. Uma relação de independência, procurando dar a nossa contribuição dentro da missão específica da Igreja, que é justamente ser também uma presença crítico-profética dentro da sociedade. Significa fazer com que o Evangelho possa ser o fermento em todas as atividades que o governo desenvolve e que nós, como brasileiros, devemos desenvolver.”

**Consulte e anuncie**

Tel 874-2874

Classifolha